

Transdisciplinaridade e educação: um relato de imersões investigativas

Transdisciplinarity and education: an account of investigative immersions

Eliana Sardi Bortolon¹, Taimara Foresti², Roberta Battezzini³, Israel Kujawa⁴

¹ Psicóloga, Mestranda em Psicologia/IMED – elianabortolon@gmail.com

² Psicóloga, Especialista em Psicologia Jurídica, Mestranda em Psicologia/IMED –
taiforesti@gmail.com

³ Acadêmica de Psicologia/IMED - roberta_battezzini@hotmail.com

⁴ Professor e Pesquisador da Graduação e do Mestrado em Psicologia da IMED.

Pós-Doutor em Psicologia pela FPCEUP - israel.kujawa@imed.edu.br

Resumo

As desigualdades sociais e econômicas são evidentes na realidade brasileira. As políticas públicas precisam contemplar uma diversidade de situações, requerendo intervenções complexas. A formação profissional ainda é fragmentada e com foco nas especialidades, diferente das exigências da realidade profissional. Na interface com a educação, faz-se necessário uma prática ampliada e generalista, a partir da transdisciplinaridade, pois não há conhecimento capaz de compreender em toda a complexidade de uma situação. Esse artigo tem como objetivo apresentar como a psicologia pode ajudar a transformar a realidade em que está inserida. Para isso, serão apresentadas algumas intervenções práticas desenvolvidas pela psicologia em interface com a educação, através de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo. Com isso, entender como a formação em psicologia corresponde à demanda da realidade de trabalho dos psicólogo, e quais possibilidades de ampliação da atuação da psicologia como ciência, especialmente na interface com a educação podem ser sugeridas. Os relatos correspondem à intervenções em duas escolas da mesma região do sul do Brasil. Os resultados apresentam despreparo dos trabalhadores em abordar as dificuldades apresentadas,

excluindo e selecionando os alunos e suas famílias. Assim, a responsabilidade pelo fracasso escolar recai sobre o sujeito e suas famílias. A partir desse relato, pode-se pensar que é preciso ampliar a prática profissional, a partir de uma formação que possibilite a leitura da realidade, de forma complexa e transdisciplinar.

Palavras-chave: psicologia – educação – políticas públicas – transdisciplinaridade – psicologia escolar

Abstract

Social and economic inequalities are evident in the Brazilian reality. Public policies need to contemplate a diversity of situations, requiring complex interventions. Vocational training is still fragmented and focuses on specialties, different from the demands of professional reality. In the interface with education, it is necessary an extended and generalist practice, starting from transdisciplinarity, because there is no knowledge capable of understanding in all the complexity of a situation. This article aims to present how psychology can help to transform the reality in which it is inserted. For this, we will present some practical interventions developed by psychology in interface with education, through a qualitative, exploratory and descriptive study. With that, to understand how the formation in psychology corresponds to the demand of the reality of work of the psychologist, and what possibilities of extension of the performance of psychology like science, especially in the interface with the education can be suggested. The reports correspond to interventions in two schools in the same region of southern Brazil. The results present the workers' unpreparedness to address the presented difficulties, excluding and selecting students and their families. Thus, the responsibility for school failure lies with the subject and their families. From this report, one can think that it is necessary to expand the professional practice, from a formation that allows the reading of reality, in a complex and transdisciplinary way.

Keywords: psychology - education - public policies - transdisciplinarity - school psychology

Introdução

O Brasil é um país onde as desigualdades sociais e econômicas são evidentes, e colocam seu povo em sofrimento. O sistema capitalista e neoliberal amplia as diferenças, pois não oferece oportunidades iguais a todas as pessoas. No acesso às políticas públicas, a universalidade ainda está apenas no texto da lei. O Sistema Único de Saúde (SUS), ainda exclui quem mais precisa, seja pelo boicote do sistema privado, seja da indústria farmacêutica, seja da formação não humanitária que ainda se oferta aos profissionais. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), proposto para quem dele necessitar, ainda tem limites na melhoria da qualidade de vida de seus usuários, especialmente nas situações mais complexas, que atravessam gerações. O sistema educacional brasileiro também é elitista e excludente, pois não está preparado para as dificuldades mais sérias da população mais pobre. A escola, como instituição, ainda está formatada no modelo burguês, para os escolhidos da elite dominante. Além disso, a formação dos professores não acompanha a evolução das tecnologias e mudanças comportamentais da sociedade. E é essa realidade que os psicólogos são desafiados a compreender, e nela intervir (Silva & Corgozinho, 2011).

A complexidade com que se apresentam as situações de vida das famílias em situação de vulnerabilidade é agravada pelas barreiras de acesso às políticas públicas, impostas por um sistema não executado com empatia. As intervenções planejadas a partir de ações simples, onde se espera uma resposta simples, que na maioria das vezes não dá conta da situação como um todo, pois as situações em que se encontram a grande parte das famílias a serem beneficiadas pelas políticas públicas exigem intervenções complexas. No entanto, o conhecimento, quando ensinado e estudado de forma fragmentada e desligada do contexto, dificulta a leitura de forma dinâmica e integral (Kujawa, 2016).

A psicologia, tanto como ciência (de produção de conhecimento, de teoria do comportamento), como quanto intervenção prática (atuação profissional), também apresenta

essa limitação. Se propormos uma reflexão na interface da psicologia com a educação, que é o objetivo desse trabalho, poderemos perceber o quão distante da realidade está a capacidade de intervenção dos psicólogos. De maneira geral, os currículos acadêmicos de graduação contemplam a ótica da clínica individual e privada, e as questões de uma prática especializada, em áreas específicas. Sendo assim, questões importantes deixam de ser consideradas pela psicologia. A leitura da realidade, a partir de fatores econômicos e sociais, bem como a compreensão de que o indivíduo se compõe a partir de sua vivência social, na relação com outros indivíduos e realidades (CFP, 2013).

Mas a realidade profissional propõe outra forma de trabalho. Dos quase 300 mil psicólogos em atividade no Brasil, 60% estão inseridos nas políticas públicas. E essa atuação requer uma capacidade de intervenção muito mais generalista, capaz de contemplar muitas interfaces da mesma problemática. A psicologia na escola, ou na educação, por exemplo, não pode se limitar a avaliações individuais com alunos que tenham dificuldades de aprendizagem, ou de palestras e/ ou intervenções individuais sobre temas relevantes (sexualidade, uso de drogas, violência). A psicologia pode ser a ciência que dê conta de compreender, e propor uma intervenção ampliada, para as dificuldades de aprendizagem, por exemplo. Essa compreensão deve contemplar as questões sociais dessa família, como trabalho, moradia, alimentação, bem como as questões individuais e subjetivas de cada pessoa. Quando se desconsidera a realidade em que o estudante está inserido, dificilmente irá se propor uma intervenção que alcance a complexidade do problema. (Travassos e Mourão, 2018).

As compreensões e intervenções em uma realidade dinâmica e complexa demandam ações orientadas por referenciais epistemológicos que ultrapassem a superficialidade. O pensamento complexo proposto por Morin (2015), apresenta o raciocínio sistêmico, onde as diversas partes do mesmo fenômeno se apresentam sobrepostas, em relação, uma interferindo

na outra. Essa proposição supera a lógica binária e reducionista ainda presente nas escolas brasileiras. Morin (2015), diz que compreender a complexidade requer compreender também o caos, a contradição. Trazendo isso para a realidade das políticas públicas, pode-se compreender por que algumas situações são difíceis de serem superadas, especialmente por leituras mais moralistas e reducionistas.

Outra questão importante é que a psicologia deve compreender que precisa das outras áreas do conhecimento, pois sozinha não dará conta de transformar a realidade. A transdisciplinaridade se apresenta como uma proposta de trabalho pertinente para os dias atuais (Morin, 2010). Significa a intervenção integrada entre diversas ciências, diferentes áreas do conhecimento, a fim de operar uma transformação na realidade das pessoas atendidas por essa política pública. A psicologia é uma ciência capaz de compreender a realidade em que está inserida, propondo uma intervenção transdisciplinar que pode dar conta dos diversos fatores que compõe a situação, transformando essa realidade. Mas, para isso, é preciso que a formação dos psicólogos, bem como dos demais trabalhadores em políticas públicas, contemple essa diversidade e complexidade do mundo atual.

A qualificação para intervenções sintonizadas com as demandas atuais das políticas públicas supõem uma metodologia sistêmica e integrada para as ciências humanas. A visão sistêmica relaciona a dimensão conceitual, os diversos fatores existentes na realidade vivida, visando à integração e a superação do abismo entre teoria e prática, aproximando o planejamento e execução da intervenção (Santos, 2007).

Esse artigo tem como objetivo apresentar como a psicologia, enquanto ciência, pode ajudar a transformar positivamente a realidade em que está inserida. Para isso, serão apresentadas algumas intervenções práticas desenvolvidas pela psicologia em interface com a educação, elencando os principais achados, especialmente na compreensão das situações apresentadas e nas intervenções propostas. A partir dessas intervenções, refletir acerca das

possibilidades de compreensão da realidade brasileira, bem como os desafios para os trabalhos da psicologia nas políticas públicas. Com isso, entender como a formação em psicologia corresponde à demanda da realidade de trabalho dos psicólogos, e quais possibilidades de ampliação da atuação da psicologia como ciência, especialmente na interface com a educação podem ser sugeridas.

Método

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo. Utilizou-se como instrumento o relato de experiência dos(as) pesquisadores(es), a partir da realização de imersões investigativas em duas escolas. Uma das escolas (Escola A) referidas fica localizada na mesorregião noroeste rio-grandense, com aproximadamente 1.200 alunos entre ensino fundamental, médio politécnico, ensino médio e curso técnico em contabilidade. A escola B fica na mesma região, e possui cerca de 250 alunos, sendo pertencente a rede municipal de ensino fundamental, ofertando ensino fundamental (do primeiro ao quinto ano). As referidas imersões fazem parte do projeto de pesquisa institucionalizado no mestrado em psicologia da IMED.

Nos instrumentos para a coleta das informações estão incluídos visitas nas duas escolas, leitura dos projetos pedagógicos das mesmas, grupo focal, entrevistas abertas, visitas à domicílio e observações livres. A partir do relato das pesquisadoras, foram elencados os principais achados, especialmente a partir dos conceitos teóricos apresentados na introdução, a fim de relacioná-los, cumprindo com os objetivos do estudo.

Resultados

A pesquisa realizada na Escola A, foi desenvolvida a partir de um estudo maior derivado do Grupo do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Meridional (IMED)

denominado “Políticas Públicas de Segurança: Intervenções da Psicologia na Sócio Educação”, e tem como um dos objetivos a busca e compreensão da relação dos sujeitos com a educação, suas implicações e desafios. Um destes desafios é o entendimento da infrequência escolar, evasão e abandono. A Psicologia nesse contexto se faz presente na medida em que a saúde psíquica de todos os envolvidos nesta problemática, como pais, alunos, professores estejam prejudicadas, podendo proporcionar a esse contexto intervenções mais sistêmicas e integradas.

Na medida em que os encontros foram acontecendo na escola A, pode-se começar a entender um pouco de seu funcionamento desde a chegada, no portão. O mesmo possui câmeras de vigilância, alunos e demais pessoas só possuem acesso à escola, mediante identificação. Em alguns casos, os alunos que não entrarem dentro do horário estipulado pela escola, só possuem acesso mediante apresentação de um dos responsáveis.

Alguns alunos envolvidos em relatos como os acima, são preferencialmente excluídos do contexto escolar, fica evidente a intenção de “extinguir” e selecionar os alunos “bons e os que não tem salvação”, etc. Outro fato observado durante os encontros na Escola A, foi o modo de tratamento que alguns funcionários (secretárias, orientadora educacional, professores) possuem a respeito dos alunos. Quando algum deles chegava atrasado, ou aparecia na recepção solicitando auxílio de materiais como, cartolina, canetão, chaves de armários, por exemplo, a forma de tratamento era um tanto vexatória, com piadas e adjetivos direcionados aos alunos, que não se espera ouvir, como por exemplo, “atrasado”, “sarna”, “mala”, “criatura”, todos muito pejorativos e que acabam desqualificando o aluno.

Por fim, em relação aos alunos infrequentes, a escola ainda está muito despreparada para conseguir intervir nesses casos. Em relação ao que foi observado e conversado com professores, direção e funcionários todos, em alguma medida afirmaram a necessidade da psicologia nesse contexto. A psicologia enquanto ciência e agente político necessita dispor de

estratégias para conseguir, juntamente a toda comunidade escolar, atuar nesse contexto. Para a escola, o aluno infrequente é visto como àquele que “não quer estudar”, “não tem responsabilidade”, “não quer nada com nada”, “não tem família estruturada para cobrar”. São várias as representações desses alunos e, todas elas, não auxiliam de forma positiva o progresso do aluno, pelo contrário, acabam distanciando a realidade escolar da vida do sujeito.

A segunda imersão investigativa ocorreu na escola que denominamos de Escola B. Essa imersão está vinculada com um projeto de pesquisa maior em desenvolvimento inicial, por meio de uma parceria entre instituição de ensino/ pesquisa e o poder público local encarregado do sistema educacional público. Após diálogo e consentimento da gestão foi realizado um encontro para apresentação do projeto para o conjunto dos profissionais da escola. Nesses encontros foi identificada uma situação de dificuldade de frequência escolar, oriunda de uma família de quatro irmãos, que evidenciam altos níveis de infrequência. Um dos filhos estava matriculado no 5º ano, uma no 3º e dois no 2º ano. Em todos os encontros realizados na escola, nenhuma das crianças estava presente, e por este motivo, a escola repassou o endereço da família para dar continuidade a pesquisa. Através dos encontros realizados na casa dos estudantes, pode-se ter uma visão da dinâmica familiar e compreender os motivos que levam à infrequência e a desistência escolar.

No primeiro encontro à domicílio, conhecemos todas as crianças, a mãe, a avó e a quinta adolescente que estava matriculada, mas não estava frequentando, no 6º ano de outra escola. A família foi questionada sobre os fatores que influenciavam a não frequentar a escola, e relata que “não comparecem porque não acordam de manhã”. A mais velha delas, matriculado do sexto ano de outra escola, conta que não quer mais ir depois que arrumou “intriga” com algumas colegas e sentiu-se ameaçada. Sabendo disso, foi disponibilizado uma conversa entre ela e a diretora de outra instituição escolar para que assim não deixasse de

estudar, contudo, no decorrer das visitas, ela revela não ter ido por “preguiça”.

Os pais não conseguiram concluir o ensino fundamental, a mãe diz que parou na 5ª série e o pai não estudou. É possível notar a partir desse contexto que a educação não é cobrada devidamente no ambiente familiar, pois é difícil ensinar algo que não se foi aprendido. Quando solicitado alguns dos cadernos dos estudantes para observação, foi possível observar que estavam incompletos e ao questionar as crianças sobre algum conteúdo estudado, estas não souberam responder. A mãe diz saber da importância que o estudo tem na vida de cada um e que gostaria que continuassem estudando. No segundo encontro, a mãe relata estar doente e também apresentou alguns sintomas provavelmente depressivos. Neste dia, estavam todos sentados na área externa da casa e nos contaram que “acordaram às dez horas da manhã e que não deu tempo de ir à escola”. A estudante do 6º ano ficou de ir no mesmo dia na outra instituição para conversar sobre a vaga na nova escola.

É possível perceber, também, que as crianças não frequentam a escola, pois não conseguem acompanhar os colegas nos conteúdos e assim, não se sentem bem nessas circunstâncias. Mesmo tendo todas as condições cognitivas de seguir com a classe nas matérias, não apresentam retorno e incentivo da família, nem do ambiente escolar, possivelmente por viverem em um contexto em que ninguém estudou, as crianças também não encontram sentido em estudar.

Discussão

A análise das situações apresentadas nos remete a contextualizar a escola a um nível maior, pois não há como retirar a escola de um contexto do qual as práticas de violência urbana acontecem com frequência. Entende-se que algumas medidas adotadas, como as grades e bloqueios de acesso são uma intervenção protetiva da escola, porém, as práticas de violência (psicológica, moral, e até mesmo física), não ficam do portão para fora. E nesse

sentido a psicologia precisa observar como esse sistema, a escola, trabalha com esta questão. Um dos motivos para as intervenções fragmentadas e reducionistas encontradas pelas pesquisadoras é a falha na formação profissional. Tanto dos trabalhadores em educação que estão intervindo diretamente nas situações relatadas, quanto dos profissionais das políticas públicas que intervém nas situações vivenciadas pelas famílias. A compreensão sistêmica, capaz de promover uma abordagem complexa, precisa ser incluída na formação acadêmica.

Nos relatos observados, a intervenção da escola é extremamente limitada ao/aos indivíduo/s envolvido/s. A busca de entender de forma ampla, o que ocasionou tal fato e comportamentos, dentro ou perto da escola (causados por envolvimento de alunos), não acontece como deveria, apenas limita-se ao questionamento dos alunos do porquê do envolvimento e a assinatura de atas e, quando possível a presença de um responsável, o mesmo é acionado para vir até a escola. A Psicologia enquanto ciência precisa, primeiramente tomar conhecimento do território em que está explorando, entendendo que a escola é apenas parte de um todo mais complexo, e carrega em sua história, muito enraizada a ideia de seletividade e de exclusão. Só contemplando a diversidade de fatores que compõe o mesmo fenômeno seremos capazes, enquanto ciência, de propor uma ação integral, baseada na empatia. Reconhecer que as situações que se apresentam não são binárias, resultados de uma causa e seu efeito, oportuniza uma intervenção mais pertinente.

Sendo assim, a ciência psicológica poderá intervir atuando diretamente com os agentes da escola, professores, alunos, funcionários, pais e comunidade em geral e trabalhar de forma assertiva sobre esta temática, auxiliando no desenvolvimento de projetos que estimulem a cooperação entre todos. Atitudes punitivas e classificatórias por vezes acabam reforçando a vivência de alunos que por algum motivo possa ter em sua história episódio de violência psicológica, o que não é raro de aparecer na escola. Nesse sentido, a psicologia precisa intervir diretamente com o quadro de funcionários da escola, realizado uma

capacitação com essas pessoas a fim de dispor à elas, informações que façam com que compreendam que suas atitudes, por mais inofensivas e “normais” que possam parecer a elas, são na verdade atitudes agressivas com os alunos e que reforçam um estigma violento, e de certa forma, permissivo de práticas de violência psicológica. Essas capacitações podem e devem acontecer de forma sistemática e continuada, abordando aspectos teóricos e práticos, complementares para a melhoria e o avanço das políticas públicas no Brasil.

Pensando na psicologia em relação a contexto de interface com a educação e a aprendizagem, não há como excluir a participação da família, dos órgãos que fazem parte da rede escolar como, o Conselho Tutelar e Ministério Público, bem como solicitações de capacitações para esses professores, direção advindas da secretaria da educação, atuações sistêmicas e que não operam sozinhas. Todas essas estratégias podem ajudar a compreender de forma mais sistêmica a realidade daquele aluno. O psicólogo, inserido no contexto escolar, precisa conhecer sobre aquele aluno, sua família, aonde ele vive e de que forma, não limitando sua atuação na clínica individual. Pois, somente conhecendo realmente o contexto, pode-se traçar projetos de intervenção transdisciplinar (com a rede), para atender a demanda manifestada na escola pelo aluno. O conhecimento em psicologia só é válido se puder, de fato, transformar a realidade em que se dispor a intervir. Esse deve ser o objetivo primordial da formação e do cotidiano de trabalho de todo profissional.

Referências

Conselho Federal de Psicologia. (2013). Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho. Brasília, DF.

Kujawa, I (2016). Políticas Públicas de Segurança: Bases para uma inversão epistemológica da intervenção. Curitiba, PR: Editora CRV.

Morin, E.(2010); participação de Marcos Terena. *Saberes Globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond.

Morin, E.(2015). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina

Santos, B. (2007). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 78, 3-46.

Silva, J. V. & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: Possíveis Articulações. *Psicologia & Sociedade*, 23 (SPE), 12-21.

Travassos, Rômulo, & Mourão, Luciana. (2018). Lacunas de Competências de Egressos do Curso Psicologia na Visão dos Docentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 233-248.

<https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703004472016>